



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

RAMON SANTOS LOPES

**“E quem me escuta?” Efetivação da justiça social no bairro Bacuri
em Imperatriz (MA) pelo Bolsa Família**

IMPERATRIZ-MA

2025



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

RAMON SANTOS LOPES

“E quem me escuta?” Efetivação da justiça social no bairro Bacuri em Imperatriz (MA) pelo Bolsa Família

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade
Capítulo de Livro apresentado ao Curso de
Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da
Universidade Federal do Maranhão/ UFMA,
campus Imperatriz-MA, como requisito para
obtenção do título de licenciado (a) sob orientação
do/a prof. Dr. José Henrique Sousa Assai.

Aprovado em: 14/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Henrique Sousa Assai
Professor/a (Orientador)

Prof. Dr. Wescley Fernandes Araújo Freire
Professor/a (Examinador/a)

Prof. Me. Filipe André Von Nordeck Sousa Ferreira
Professor/a (Examinador/a)

IMPERATRIZ/MA

2025



Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos Lopes, Ramon.

E quem me escuta? Efetivação da justiça social no bairro Bacuri em Imperatriz-MA pelo Bolsa Família / Ramon Santos Lopes. - 2025.

16 p.

Orientador(a): José Henrique Sousa Assai.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão (ufma), 2025.

1. Justiça Social. 2. Filosofia Social. 3. Bolsa Família. I. Henrique Sousa Assai, José. II. Título.



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Ednalva Moraes Santos, já desencarnada, por ter me colocado no mundo, apoiado e dado toda a base necessária para que eu pudesse chegar até aqui. Aos meus irmãos, pela constante ajuda em todos os aspectos, em especial Dallila Moraes Santos por todos os ensinamentos acadêmicos e de vida. A minha companheira, Rita de Cássia, pelo zelo, paciência e apoio nos momentos difíceis da trajetória acadêmica. Ao meu melhor amigo, Lucas Mendes, pelos conselhos, apoio e por me motivar nos momentos em que pensei em desistir desse sonho.

Aos meus professores, em especial Dr. José Henrique Sousa Assai, pela confiança, por acreditar no meu potencial em pesquisar justiça social pelo viés da Teoria Crítica e por todo apoio acadêmico e emocional do início da graduação ao fim. Ao professor Mr. Samir de Barros Rebêlo pelas trocas de diálogos, orientações e apoio dentro e fora da universidade.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

“E quem me escuta?” Efetivação da justiça social no bairro Bacuri em Imperatriz (MA) pelo Bolsa Família

"And Who Listens to Me?" The Implementation of Social Justice in the Bacuri Neighborhood in Imperatriz (MA) through the Bolsa Família Program

Ramon Santos Lopes – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) –
ramon.sl@discente.ufma.br

José Henrique Sousa Assai – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) –
jhs.assai@ufma.br

Este trabalho intitulado *“E quem me escuta?” Efetivação da justiça social no bairro Bacuri em Imperatriz (MA) pelo Bolsa Família* é proveniente do estudo e da pesquisa realizada pelo discente Ramon Santos Lopes, e por mim, José Henrique Sousa Assai, orientada, por ocasião do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) (2023 – 2024) no Curso de Ciências Humanas (LCH – Campus Imperatriz). A pesquisa parte de um ponto básico e fundamental: o aporte teórico-prático da teoria crítica (TC) e da filosofia social. Nesse sentido, recepciona-se a triádica composição da pesquisa crítica (teoria crítica) – diagnóstico, análise e correção – no intuito de investigar a efetividade da justiça social oriunda do Programa Bolsa Família. Sob o aspecto de uma TC, a justiça social passa a ser concebida enquanto aquela condição mínima de existência social, isto é, a realização dos bens e direitos sociais. Levando em consideração o que conteúdo supracitado, este artigo visa compreender a efetivação da justiça social no bairro Bacuri em Imperatriz (MA) pelo Bolsa Família (BF) a partir da escuta aos que são beneficiários do programa. Tendo em vista a grande espacialidade do bairro Bacuri, tomamos por referência a parte do bairro que é mais próxima da ponte Dom Affonso Felipe Gregory que liga ao Tocantins. Posteriormente, foi feita a pesquisa de campo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Bacuri, para obter dados quantitativos, e também nas residências do bairro em questão, com a finalidade de fazermos um levantamento qualitativo, na forma de entrevista aberta.

Palavras-chave: Justiça Social; Filosofia social; Bolsa Família.

Abstract: This article, entitled *“And Who Listens to Me?” The Implementation of Social Justice in the Bacuri Neighborhood in Imperatriz (MA) through the Bolsa Família Program*, originates from the study and research conducted by the student Ramon Santos Lopes, under my supervision, as part of the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC) (2023–2024) within the Humanities Program (LCH – Imperatriz Campus). The research is grounded in a fundamental theoretical and practical foundation: critical theory (CT) and social philosophy. In this sense, the triadic structure of critical research (diagnosis, analysis, and correction) is adopted with the aim of investigating the effectiveness of social justice promoted by the Bolsa Família Program. From the perspective of CT, social justice is understood as the



minimum condition for social existence—that is, the realization of social goods and rights. Considering this framework, the article seeks to understand the implementation of social justice in the Bacuri neighborhood of Imperatriz (MA) through the Bolsa Família Program (BF), based on listening to the voices of the program's beneficiaries. Given the large geographical area of the Bacuri neighborhood, we focused on the part closest to the Dom Affonso Felipe Gregory Bridge, which connects to Tocantins. Field research was subsequently conducted at the Bacuri neighborhood's Social Assistance Reference Center (CRAS) to collect quantitative data, as well as in the homes of residents in the area, for a qualitative survey in the form of open interviews.

Keywords: Social Justice; Social Philosophy; Bolsa Família.



1. INTRODUÇÃO

A sociedade hodierna, de modo geral, e sobretudo, no nosso contexto brasileiro, se articula de modo acelerado (Rosa, 2019, p. 681) fazendo com que metas e métricas (Muller, 2018, p. 213) sejam inexoravelmente cumpridas. O tempo não apenas urge, mas imprime na vida exigências cada vez mais profundas. Nesse sentido, tudo o que é operacionalizado nesse espaço-tempo se flexiona no percurso de uma realidade agitada a qual parece não permitir outro sentido senão o do cumprimento de tarefas específicas. Daí que, sob a perspectiva epistêmico-acadêmica, as tarefas a serem executadas também padecem do mesmo crivo: TCC's, relatórios de pesquisa e de estágio, reuniões, orientações, qualificações, bancas de dissertação e de doutorado etc. O PIBIC é mais um componente nesse emaranhado mundo-acelerado da(na) vida acadêmica.

Mesmo diante de tal meta e métrica oriunda das ações procedurais e formais requeridas para um projeto PIBIC, esta pesquisa fora desenvolvida de modo a acolher a perspectiva identitária que orientador e orientando possuem a respeito do objeto de pesquisa aqui supracitado. Levamos em conta, portanto, para fins de referência teórica e prática de pesquisa a pesquisa crítica entendida enquanto teoria crítica e os seus possíveis desdobramentos. Nesse sentido, circunscrever o tema da justiça social enquanto um corolário exequível da pesquisa crítica é, de certo modo, entender que teoria crítica e justiça social possuem uma amálgama que consubstancializa a teoria e a prática enquanto construtos de estudo e pesquisa.

Esta pesquisa para fins deste artigo, intitulada “E quem me escuta? Efetivação da justiça social no bairro Bacuri em Imperatriz (MA) pelo Bolsa Família”, abordará (1) a base teoria e prática da teoria crítica e sua relação prática com a justiça social mediante o Programa Social Bolsa Família (BF); depois, (2) explicitará a relação estabelecida entre a referência empírica desta pesquisa que é justamente o bairro Bacuri, na cidade de Imperatriz, com as pessoas acolhidas pelo BF enquanto cidadãos e cidadãs que podem ser entendidas enquanto beneficiários(as) de uma efetiva proposta de justiça social. Ao longo do artigo usaremos nomes fictícios para relatar as entrevistas com as assistidas pelo Programa Bolsa Família.

2. JUSTIÇA SOCIAL ENQUANTO DESDOBRAMENTO NORMATIVO DE UMA TEORIA CRÍTICA



Pretendemos nesta seção esclarecer os prolegômenos basilares da pesquisa crítica entendida por teoria crítica para esta pesquisa PIBIC. Assim, não pretendemos fazer aqui uma extensiva caracterização do que seja teoria crítica; mas, circunscrevê-la em seus pressupostos aos elementos constitutivos desta pesquisa.

Certa vez, Tilo Wesche apresentou o desenho estrutural e estruturante de uma teoria crítica (Wesche, 2013, p. 193 – 220): diagnóstico, análise e correção. No sentido restrito aqui mencionado, chamamos “uma” teoria crítica e não “a” teoria crítica pelo fato de que o campo de atuação e do arcabouço teórico da teoria crítica é amplo, multifacetado, (inter) transdisciplinar e, portanto, não se estabelecendo de uma única e irrestrita modalidade (Forst, 2009, p. 743). Retomando o postulado do prof. Tilo Wesche, apesar da pesquisa crítica se estabelecer de modo multifocal, há, entretanto, uma base comum na qual ela se fundamenta: o telos emancipador (Nobre, 2008, p. 302; Nobre, 2011, p. 54; Santos, 2007, p. 126); isto é, uma teoria crítica toma, por primeiro, uma determinada realidade enquanto referência empírica de estudo e pesquisa; depois, arrola o diagnóstico, a análise e a atitude corretiva para algum problema identificado (patologia social) naquela cenário social no qual está inserido(a). Esse ato corretivo é o que basicamente se chama de possibilidade resolutiva de um problema/questão social na teoria crítica e essa ação é entendida enquanto emancipação.

O enfoque fenomenológico identificado pelas ações do diagnóstico e da análise são elevadas à uma estatura emancipadora por ocasião do ato corretivo. Nesse caso, correção passa a ser entendida por esfera normativa. Isso mesmo! Na teoria crítica, normatividade é a orientação de estudo e pesquisa que tem por enfoque um “dever-ser”, ou seja, apontar como uma determinada realidade está para sugerir/propor como essa mesma realidade deve(ria) ser. Esse movimento exodal entre “o que é/como está” para “como deve(ria) ser” não é automático. Ele ocorre mediante o enfrentamento à tentativa de se resolver uma específica patologia social.

Como supramencionado, esta pesquisa se consubstancializa na ideia de uma TC e, nesse caso, a referência empírica é fundamental. Utilizamos, portanto, enquanto objeto de pesquisa referencial com base empírica a cidade de Imperatriz.

A cidade de Imperatriz – MA, de acordo com o censo demográfico de 2022, conta com uma população de 273.110 habitantes, um aumento considerável de 10,35% desde o censo demográfico de 2010, em que a cidade tinha apenas 247.505 habitantes. A população de Imperatriz é composta por 141.671 mulheres e 131.439 homens. A presente pesquisa foi feita no bairro Bacuri, especificamente na região mais próxima a ponte Dom Affonso Felippe



Gregory que se liga com o Tocantins. O recorte espacial nas proximidades da ponte é em virtude da presença daquilo que o índice de IBEU nos apontou, com pouca mobilidade urbana, pouca infraestrutura e saneamento básico. Essa região é o local onde está concentrado os ribeirinhos que também são assistidos pelo programa.

O bairro Bacuri foi formado em decorrência do recebimento de migrantes de várias origens, que foram impulsionados pelo empreendimento públicos e privados nessa região nas décadas de 1960 a 1980. A cidade de Imperatriz, de acordo com o censo 2022, conta com 123 bairros, mas o bairro Bacuri foi o primeiro lugar de estabelecimento das pessoas que chegavam a Imperatriz e não tinha condições financeiras de comprar loteamentos na região central da cidade. O bairro fica próximo ao centro, onde está localizado os comércios e serviços do município. Como não há dados sobre o índice populacional do bairro analisado, utilizaremos os dados do IBGE de 2010, em que o bairro tinha 53.000 habitantes. Na conjuntura atual, o bairro ainda tem o saneamento básico precário, há esgotos correndo a céu aberto desde quando o bairro foi fundado, mas a maioria das ruas já foram pavimentadas.

Esta pesquisa nomeada “E quem me escuta?” Efetivação da justiça social no bairro Bacuri em Imperatriz (MA) pelo ‘Bolsa Família’ tem como base a compreensão a partir da teoria crítica que prevê um diagnóstico, a análise, e a resolução do problema. A história de surgimento do bairro Bacuri é, assim como o restante de Imperatriz, pautada na busca por melhores condições de vida.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) foi e tem sido um grande aliado na busca pela efetivação da justiça social, pois diante das pesquisas de campo pude perceber o esforço dos servidores públicos do CRAS em ajudar as famílias a conseguirem o benefício. Entretanto, houve significativas dificuldade com relação a obtenção de dados quantitativos sobre quantas famílias fazem parte do BF no bairro Bacuri. Há também uma má organização por parte do CRAS com relação ao levantamento mensal, pois é feito relatórios e esses relatórios ficam guardados no sistema da coordenação local.

A realidade do bairro é, em sua grande parte, de famílias carentes, normalmente chefiada por mulheres. A pesquisa possibilitou, portanto, ouvir as vozes das beneficiárias, sendo este o método mais eficaz no que diz respeito a levantamentos qualitativos. Por encontrarmos dificuldade em obter dados quantitativos, a entrevista assistida foi a melhor saída para entender e compreender a realidade das pessoas que vivem no bairro, em específico as que vivem próximo a ponte que dá acesso ao estado do Tocantins.



3. DESENVOLVIMENTO

A teoria crítica (TC) nos mostra que não possível observar como as coisas são senão a partir do que deveriam ser, pois faz um diagnóstico do tempo presente e uma vez que há um diagnóstico, pode ser feito a análise e a correção deste (NOBRE, 2008). Observando o bairro Bacuri e a atuação do BF na localidade próximo a ponte que liga o Tocantins, há, de fato, a concretização da justiça social dentro da análise a partir da TC? O Bolsa Família surge como uma política pública do Estado para garantir que as famílias que estão em extrema pobreza consigam as condições mínimas para terem alcançarem bem-estar e uma vida digna.

Para uma família tornar-se beneficiária do programa é necessário tomar em consideração os seguintes critérios: renda média de cada pessoa da família deve ser de, no máximo, 218R\$ por mês; estar matriculado na escola e ter frequência escolar de crianças de quatro a cinco anos no mínimo 60% de frequência e de seis anos dezoito anos a frequência deve ser de no mínimo 75%; cumprimento do calendário nacional de vacinação; acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários menores de 7 anos; realização de pré-natal das gestantes; necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único e que mantenha sempre os dados atualizados.

No ano de 2023 e 2024 houve mudanças com relação aos valores recebidos, nenhuma família receberá menos que 600R\$. Para cada integrante da família é pago 142R\$ e o governo pagará um valor complementar para que alcance o valor mínimo de 600R\$. Nisso são aplicados valores adicionais caso a família tenha criança de zero a sete anos, terá direito a 150R\$ a mais, então o valor de repasse passa a ser 750R\$ e se forem mais crianças vai aumentando sucessivamente. Também há o Benefício Variável Familiar, em que a família recebe 50R\$ adicionais para gestantes, crianças e adolescente de 7 a 18 anos incompletos e o benefício de 50R\$ para as lactantes, para bebês com até seis meses de idade.

As mudanças no cenário do Bolsa Família são grandes e elas impactaram diretamente as famílias, mas será que esses valores de fato estão sendo eficazes para alcançarem o nível de equidade e garantir o mínimo de acesso aos direitos básicos para as pessoas no bairro Bacuri? Segundo Pinzani e Rego “Partimos da ideia de que é necessário ouvir a voz e deixar que eles descrevam sua situação” (2013, p. 36). Ao escutar as pessoas na fila do CRAS, o que mais é dito é que o dinheiro não é suficiente e que sempre as famílias precisam se desdobrar para conseguirem dar conta de coisas básicas como a compra materiais escolares, uma alimentação



boa e aluguel. Segundo Simone¹, nome fictício de uma das assistidas pelo programa que foi entrevistada, entrevistada em janeiro de 2024, relata que

O bolsa família me ajudou e tem muito me ajudado, antes eu não tinha uma renda e vivia de bicos, vez ou outra faltava né, mas agora é fixo e eu posso faxinar sem medo de que mesmo não conseguindo bicos eu terei o dinheiro para comprar a mistura ou interar no aluguel. O pouco que tem já ajuda muito, podia ser mais pra mim fazer outras coisas, mas com fé as coisas vão melhorando, tenho vontade de fazer outras coisas.

Nessa perspectiva

“no caso das mulheres entrevistadas, a frequente reclamação de que o valor da bolsa é baixo não expressa tanto uma reivindicação quantitativa, mas uma qualitativa: é expressão do sentimento de que tal valor não constitui um reconhecimento adequado das necessidades das pessoas e de sua dignidade” (Pinzani; Rego, 2013, p. 50).

É interessante relembrar que a maioria parte das famílias vivem de aluguel no bairro, nos famosos ‘kitnet’ das periferias, e que na maioria das vezes os locais não têm saneamento básico adequado, as escolas são sucateadas e há inúmeros problemas familiares. Esses problemas estruturais dificultam o processo de sentir-se incluído, de fato, na sociedade.

No esteio de uma abordagem fenomenológica de pesquisa – a qual está inserida nos dois primeiros elementos de uma TC que são o diagnóstico e a análise – ao escutar os(as) beneficiários(as) na fila sobre o programa em si, o que poderia ser melhorado, quais as suas dificuldades de acesso ao benefício, é nítido a indignação por parte das pessoas com relação a forma como é decidido quanto devem receber, pois o impacto não somente na renda, mas também na insegurança, moradia, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à saúde e educação de qualidade.

De acordo com Pinzani e Rego (2013, p. 35) ressaltam ao dizer “o pobre é, em suma, considerado mero objeto de políticas públicas, não sujeito da política, sujeito político propriamente dito, e isso representa uma forma de perda de autonomia”. O conjunto de dados que o governo utiliza para decidir quanto cada família receberá é tratada de maneira geral, então todas as regiões do país são colocadas por igual. Entretanto, de acordo com a cartilha do Programa Bolsa Família, feita pelo Governo Federal, o Nordeste é a região que mais tem pessoas que fazem parte do programa, sendo mais de 9 milhões, como que essa região pode ter o mesmo valor que a do Sul que tem apenas 1,5 milhões de beneficiários?

A tentativa de dar as mínimas condições as famílias acabam indo na direção de um

¹ Entrevista concedida por Simone, beneficiária do Programa Bolsa Família, realizada em 29 de janeiro de 2024, em Imperatriz (MA).



tratamento desigual. Ainda há inúmeras famílias que não recebem o benefício, esse dado também não é coletado pelo CRAS mesmo as(os) chefes de família indo no local. Ter o aparato teórico nos impulsiona a observar a coisa não somente como é, mas como elas devem ser. Essa dimensão social facilita a compreensão do motivo de tamanha desigualdade até mesmo dentro de uma política pública que deveria servir como reparação. Por outro lado, o que se observa é que, mesmo os valores tendo sido elevados, ainda há questões entrelinhas como o desenvolvimento de políticas públicas culturais e educacionais voltadas às mudanças de padrão de valores morais da sociedade com relação às mulheres, pois mesmo o BF sendo criado para dar prioridade às mulheres elas não conseguem criar o mínimo de autoestima para ter autonomia. Para além disso, há outras situações como questões raciais que implicam no uso de suas capacidades argumentativas e persuasivas.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa é fundamental para compreendermos que “nesse sentido, as capabilities se referem não somente à capacidade e habilidades, mas também a estados mentais, a outros estados subjetivos (como estar com saúde, ser alfabetizado etc.) e a circunstâncias externas” (Pinzani; Rego, 2013, p. 69), e então entender que o Bolsa Família não é suficiente para suprir todas as necessidades básicas sociais das populações pobres e de extrema pobreza, mas mostra que, 20 anos depois da criação dessa política pública, é de extrema importância quando se pensa em mais políticas públicas de assistência que supra as necessidades regionais, levando em consideração não só os dados quantitativos.

O programa tem como foco atender principalmente mulheres, mas quando essa política foi pensada não pensaram nas multifaces e realidades das mulheres brasileiras. É interessante relembrar que cerca de 73% dos beneficiários do programa são pretos e pardos. Então de que maneira o programa Bolsa Família atendeu as particularidades que mulheres pretas e pardas têm na sociedade brasileira? Essa é uma questão basilar, pois o Brasil foi estruturado em cima da discriminação racial, gênero e classe.

De acordo com o censo 2022, a população negra (preta e parda) do país soma-se em 55,5% do total de brasileiros, a maioria são mulheres. Então, a pesquisa ela se faz importante exatamente nessa etapa, pois a análise não deve ser feita apenas de fato se o Bolsa Família está efetivando à justiça social, mas além disso, se essa escuta aos pobres e essa justiça social está



sendo feita nos moldes da diversidade que o Brasil é. Essas inúmeras facetas tornam a vida das mulheres do bairro Bacuri mais difíceis e humilhantes, pois uma sociedade decente não deve simplesmente omitir ações humilhantes ou corrigir situações, mas acima de tudo promover ativamente o autorrespeito de seus membros, por meio de políticas que visem um duplo objetivo: Devem por um lado liberar os cidadãos mais pobres da miséria e, por outro lado, oferecer-lhes o mínimo de independência econômica necessário para o desenvolvimento do respeito de si (Rego; Pinzani, 2013, p.75).

O Bolsa Família tem se mostrado eficaz, pelo menos minimamente, no bairro Bacuri, pois é nítido que, mesmo dentro das periferias mal estruturadas e sem o mínimo de saneamento básico, há uma esperança de melhoria de vida das pessoas do bairro. Essa esperança está amparada por uma fé em seus filhos, de que estes, um dia, poderão ajuda-las e melhorar a condição de vida de todos. A pesquisa também serviu para nos mostrar que não há clareza com relação aos dados de quantas pessoas fazem parte do BF no bairro ou uma projeção de quantas famílias que precisam, mas não conseguiram se cadastrar.

O governo federal estimula as famílias a se cadastrarem, mas existe algo que é sempre alvo de reclamação no CRAS: documentação. De acordo com relato de Cida²

teve um dia que cheguei no CRAS cinco e trinta da manhã para atualizar os documentos e o moço só foi me dizer que a certidão de nascimento com plástico não é mais aceita, que eu tenho que tirar outra certidão e voltar no CRAS para atualizar. Isso fez eu perder o Bolsa Família, porque eu não tenho só um filho, tirar a documentação de todos demora e custa caro.

São tantas documentações e com inúmeros critérios que as vezes as famílias desistem, pois a falta do documento impede de se cadastrarem ou atualizarem e receberem o benefício, visto que na cidade de Imperatriz – MA há uma demora exorbitante em conseguir retirar documentos essenciais, levando em consideração que ainda tem muitas famílias que são analfabetas e que não tem documentos e que somente agora é que seus filhos começaram a estudar. Esperamos que brevemente esse cenário qualitativo e quantitativo melhore e que a efetivação da justiça social no bairro Bacuri seja efetivada não mais na forma de igualdade e, sim, de equidade.

² Entrevista concedida por Cida, beneficiária do Programa Bolsa Família, realizada em 29 de janeiro de 2024.



REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Pablo. Quatro lições sobre a pobreza no Brasil. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-acosta/2022/09/quatro-licoes-sobre-a-pobreza-no-brasil.shtml>. Acesso em 28 set. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução Mateus Azevedo. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 747p.
- BRASÍLIA (Governo Federal). Mulheres são protagonistas do Bolsa Família, com 83,4% dos benefícios em seus nomes. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mulheres-sao-protagonistas-do-bolsa-familia-com-83-4-dos-beneficios-em-seus-nome>. Acessado em: 19 de junho de 2024.
- BRASIL. *Cartilha do Programa Bolsa Família: compromisso e justiça social com as famílias brasileiras*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.
- CARRANÇA, Thais. Com Bolsa Família ‘turbinado’, número de negros na pobreza ainda é o triplo de brancos. São Paulo, 23 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn036x357eyo>. Acessado em: 19 de junho de 2024.
- CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. 256p.
- COHN, Amélia. **As políticas de abate social no Brasil contemporâneo**. Lua Nova, n. 109, p.129-160, 2020.
- COSTA, José Ricardo Caetano et.al. (org.). **O “estado de mal-estar social” brasileiro**. Belo Horizonte: Ieprev, 2020. 477p.
- DETEL, Von Wolfgang. **Philosophie des Sozialen**. Stuttgart: Reclam, 2007. 191p.
- FORST, Rainer et.al. (org.). **Sozialphilosophie und Kritik**. 1.ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2009. 743p.
- IPEA. O que é Índice de Gini. Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em 21 out. 2022.
- JAEGGI, Rahel, CELIKATES, Robin. **Sozialphilosophie: Eine Einführung**. München: C.H.Beck, 2017. 128p.
- JAEGGI, Rahel. Was ist eine (gute) Institution? In: FORST, Rainer et.al. (org.). **Sozialphilosophie und Kritik**. 1.ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2009. p. 528 –544.
- MULLER, Jerry. **The Tyranny of metrics**. Princeton: Princeton Press, 2018. 213p.



NOBRE, Marcos (org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, 2008. 302p.

NOBRE, Marcos. 3.ed. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 54p.

Observatório das Metrópoles. Índice de bem-estar urbano (ibeu). Disponível em <https://ibeu.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em 21 out. 2022.

Observatório das Metrópoles. IBEU Municipal: Índice de bem-estar urbano dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IPPUR, 2016. 117p.

PINZANI, Alessandro, REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013. 241p.

PINZANI, Alessandro. “Vai trabalhar, vagabundo”: retórica antipobre e aspectos normativos de uma teoria da pobreza. In: SILVA, Hélio Alexandre (org.). **Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais**. Macapá: UNIFAP, 2017. p.348 – 388.

PINZANI, Alessandro. Justiça Social e Carências. In: PINZANI, Alessandro, TONETTO, Milene (org.). **Critical Theory and Social Justice**. Florianópolis: Nefiponline, 2012a. p. 134–159.

PINZANI, Alessandro. “Teoria Crítica e Justiça Social”. **Civitas**, Porto Alegre: n.1, 2012b, p. 88 – 106.

PINZANI, Alessandro. De objeto de políticas a sujeitos da política: dar voz aos pobres, **revista ethic@**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 83 - 101, 2011.

REGO, Sergio Tavares, PALACIOS, Marisa. **Justiça social como um imperativo ético**. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. 7, p. 141 – 151, dez. 2019.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. Tradução Rafael Silveira. São Paulo: Unesp, 2019. 681p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007. 126p.

SCANLON, T. M. “Preference and Urgency”. **The Journal of Philosophy**, Princeton, v.72, n. 19, 1975, p. 655 – 669.

SCHIER, Paulo Ricardo, SCHIER, Adriana da Costa. Direitos sociais, reserva do possível e o mínimo existencial: a aporia do meio adequado de satisfação. **Revista de Dir. Adm. Const.**: Belo Horizonte, ano 18, n. 74, p. 67-96, out./dez. 2018.

SOUZA, Rosa de Fátima Tavares. IDENTIDADE, MEMÓRIA E AFETIVIDADE: um estudo de caso das migrações internas na formação do bairro Bacuri de Imperatriz–MA. 2016. 142f. **Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional)** – Faculdade Alves Faria. Goiânia. 2016.



WERLE, Denilson et.al. (org.). **Justiça, Teoria Crítica e Democracia**. Florianópolis: Nefiponline, 2017. 441p.

WESCHE, Tilo. “Reflexion, Therapie, Darstellung: Formen der Kritik”. In: JAEGGI, Rahel, WESCHE, Tilo (org.) **Was ist Kritik?** 3.ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2013. p.193 – 220.